

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita informações à Casa Civil da Presidência da República sobre o uso dos cartões corporativos nos últimos cinco anos (2009 a 2013).

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam adotadas as providências para a solicitação de informações à Casa Civil da Presidência da República acerca do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) - Cartões Corporativos.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Cartão de Crédito Corporativo, em 2001, que a priori deveria atender à compra de bens e contratação de serviços específicos por membros do Governo Federal, foi ao longo dos anos se transformando em um instrumento de malversação de recursos públicos.

A farra indiscriminada e o abuso dos recursos foram amplamente divulgados pela mídia ao longo dos últimos anos. Tanto é que, em 2008, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPMI foi instalada para investigar o caso.

O site **Contas Abertas**, explicita esta situação em matéria publicada em maio do corrente ano, transcrita abaixo:

31/05/2013

Quase 50% dos gastos com cartão corporativo são secretos

Marina Dutra

Do Contas Abertas

Até abril, R\$ 15,2 milhões foram pagos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, o chamado Cartão Corporativo. Do total pago por meio dessa ferramenta, 48%, o equivalente a R\$ 7,3 milhões, foram de maneira sigilosa. Essas informações são protegidas por sigilo, nos termos da legislação, para garantia da segurança da sociedade e do Estado.

Confira aqui os gastos por órgão.

No mesmo período do ano passado, o valor pago com os cartões foi maior do que o desembolsado em 2013. Em 2012, foram gastos R\$ 15,5 milhões por meio do cartão corporativo nos quatro primeiros meses do ano. Do total, R\$ 7,4 milhões correspondiam a gastos secretos, ou seja, 47,7% dos dispêndios.

Neste exercício, a Presidência da República lidera os pagamentos com cartões corporativos e também os gastos secretos. Já foram pagos R\$ 4,8 milhões com os cartões da Pasta. Do total, 95% correspondem a dispêndios sigilosos.

Dentro do órgão, a Agência Brasileira de Inteligência lidera os desembolsos. Mais de R\$ 2,5 milhões foram pagos pela entidade em gastos sigilosos. Logo atrás vem a Secretaria de Administração da Presidência, com R\$ 1,9 milhão desembolsado com o cartão, também em compras secretas. A Empresa Brasil de Comunicação é a terceira entidade que mais utilizou o benefício dentro da Presidência, com R\$ 185 mil pagos com os cartões.

O Ministério da Justiça, por sua vez, desembolsou R\$ 2,5 milhões com o “dinheiro de plástico” do governo, sendo que 97% (R\$ 2,48 milhões) foram empregados em gastos sigilosos. Do valor, R\$ 1,3 milhão foi gasto pelo Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades- Fim da Polícia Federal

(Fenapol). Outro R\$ 1,1 milhão foi liquidado pelo Departamento de Polícia Federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão gastou R\$ 1,7 milhão com os cartões até abril. Em terceiro lugar no ranking dos órgãos que mais utilizaram o benefício, o ministério não fez nenhuma compra secreta. Dentro da rubrica, foi a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quem mais gastou – R\$ 1,6 milhão. O restante foi desembolsado pelo Ministério do Orçamento e Gestão.

Confira aqui os gastos sigilosos por órgão.

Funcionária do Ministério da Defesa gastou R\$ 57,7 mil

Entre os portadores, quem mais gastou foi uma servidora do Centro de Intendência da Marinha em Manaus, unidade gestora do Ministério da Defesa. A funcionária desembolsou R\$ 57,7 mil para o pagamento de agências de turismo na Amazônia.

Um funcionário da Unidade Estadual do IBGE no Amazonas, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desembolsou R\$ 35 mil com o cartão entre janeiro e abril. O valor corresponde a saques realizados pelo servidor. A prática tem a finalidade de permitir pagamentos quando o cartão é inviável, como, por exemplo, na contratação de uma pequena embarcação para deslocamento na Amazônia. O saque para o pagamento das despesas enquadradas como suprimento de fundos, entretanto, deve ser justificado pelo usuário, que indicará os motivos da não utilização do cartão corporativo.

Em terceiro lugar no ranking dos maiores dispêndios com o cartão, encontra-se uma funcionária do Distrito Sanitário Especial Indígena de Pernambuco, entidade ligada ao Ministério da Saúde. A servidora pagou R\$ 31,6 mil em farmácias populares e empresas de transporte.

Como funciona

O Cartão de Pagamento do Governo Federal é um meio de pagamento que proporciona à administração pública mais agilidade, controle e modernidade na gestão de recursos. Os

cartões podem ser utilizados para o pagamento de despesas enquadradas como Suprimento de Fundos e somente podem ser realizadas nas seguintes condições: pagamento às agências de viagem previamente licitadas; pagamento de diária de viagem a servidor e outras despesas que venham a ser regulamentadas.

Além disso, em viagens nacionais, os cartões de pagamento podem ser utilizados em serviços especiais que exijam pronto pagamento e que não estejam cobertos pelas diárias recebidas, como por exemplo, passagens de ônibus ou de outros meios de transporte coletivo, locação de veículo, estacionamento, combustíveis etc.

No entanto, todas as despesas relativas à alimentação, hospedagem e transporte, inclusive para Ministros de Estado, não podem ser quitadas com o cartão corporativo, visto que tais gastos já são cobertos por diárias ou custeados por outras entidades, conforme especificado no ato de autorização de afastamento do país.

<http://www.contasabertas.org/WebSite/Noticias/DetalheNoticia.aspx?Id=1537&AspxAutoDetectCookieSupport=1>

Em agosto a coluna do **Cláudio Humberto** publicou matéria, na qual afirma que o governo federal, somente em 2013, já devorou 26 milhões com despesas pagas com cartões corporativos. Vejamos:

terça-feira, agosto 20, 2013

COLUNA DE CLAUDIO HUMBERTO

“Tudo com nome francês, inglês e russo vai sair do cardápio”

Cid Gomes (PSB), governador do Ceará desistindo de quitutes com dinheiro público

CARTÕES CORPORATIVOS JÁ DEVORARAM R\$ 26 MILHÕES

As despesas do governo Dilma Rousseff com cartões corporativos, em 2013, já chegaram a R\$ 26 milhões até o fim de julho. A Presidência da República é a campeã de gastos, com R\$

7,7 milhões, mais que o dobro do segundo lugar, o Ministério da Justiça. Tudo “protegido por sigilo”, sob alegação de “garantir segurança da sociedade e do Estado”, segundo regra criada pelo ex-presidente Lula para não explicar gastos.

DESPESA MENSAL

Só no mês de julho, o governo torrou quase R\$ 5 milhões com os cartões. Em junho, o total da conta já somava R\$ 21 milhões.

BEM LONGE

Somados, os ministérios da Previdência Social, Cidades, Cultura, Comunicações e Pesca gastaram R\$ 325 mil com cartões em 2013.

PRIORIDADES

A Agência Brasileira de Inteligência usou cartões públicos para detonar R\$ 4,2 milhões. A Secretaria de Aviação Civil gastou apenas 444 reais.

(...)

http://avaranda.blogspot.com.br/2013/08/coluna-de-claudio-humberto_20.html

A matéria **Mordomias pelos céus do Brasil** do Correio Braziliense em novembro expôs as regalias dos ministros do governo Dilma Rousseff no contrato da FAB com a empresa RA Catering:

Mordomias pelos céus do Brasil

Ministros que utilizam jatos da FAB degustam cardápios com lagosta e camarão a preços mais altos que os cobrados em terra

LEANDRO KLEBER

Enquanto passageiros comuns enfrentam filas para embarcar e levantar voo nos principais aeroportos brasileiros, comem lanchinhos básicos servidos pelas companhias aéreas e aguardam pacientemente para pegar as malas despachadas, alguns

ministros têm à disposição um cardápio completo e sofisticado quando se deslocam em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). E ainda contam com serviços de apoio integral na hora do embarque e do desembarque. O dinheiro público banca essa conta, que não é barata. Apenas no contrato que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) mantém com uma empresa fornecedora que presta serviços para pelo menos outras 12 pastas, além do Departamento de Polícia Federal, o valor desembolsado ultrapassa R\$ 1,4 milhão este ano. No total, a RA Catering recebeu R\$ 1,7 milhão do governo em 2013.

Os contratos assinados pelos órgãos federais deixam claro a missão da empresa: prestar serviços de comissária aérea, visando o fornecimento de refeições e lanches para o serviço de alimentação a bordo de aeronaves que conduzem os ministros e suas comitivas em deslocamentos oficiais. Para isso, oferecem um menu sofisticado, digno de uma bela noite de jantar em solo: caviar, carne de coelho assada, pato, lagosta, camarão, picanha e até rã.

Os valores são salgados e não tiveram chance de ser reduzidos, pois a empresa não passa por licitação quando é contratada pelo Estado. Isso acontece porque, na versão oficial, trata-se de fornecedor exclusivo. A Inframerica, operadora do aeroporto de Brasília, tem uma declaração que informa que a “RA Catering é, atualmente, a única empresa especializada que comercializa e presta serviços de catering (fornecimento de equipamentos específicos ao acondicionamento e transporte de alimentos, além de carga e descarga desses mesmos utensílios) para as companhias que operam neste aeroporto”.

Bebidas

Os preços altos também podem ser verificados com as bebidas oferecidas aos ministros e principais assessores. Uma coca-cola lata, por exemplo, de acordo com o contrato, tem o valor de R\$ 3,37. Em supermercados tradicionais, é possível encontrar facilmente o mesmo produto por R\$ 1,79, quase a metade do custo. O mesmo ocorre com o guaraná em lata, o Gatorade e a

água tônica, cobrados com valores superiores no ar do que em terra.

Para Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, o cardápio contratado pelos ministérios beira o absurdo. “Em determinados voos, os passageiros comuns só conseguem água. Talvez a FAB devesse inaugurar um serviço de vendas a bordo”, comentou.

Segundo ele, as autoridades brasileiras deveriam voar em avião de carreira, até para conhecer as dificuldades que os passageiros comuns passam nos aeroportos. “Em princípio, acho que os aviões da FAB deveriam ser utilizados para proteger o território nacional. Até admitiria que a presidente da República pudesse votar em uma aeronave exclusiva. Mas as demais autoridades, não”, avalia.

Alguns órgãos da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores incluem ainda a contratação de serviços de embarque e desembarque completos, chamados de handling. Quando se trata de carregamento de equipamentos, por exemplo, o custo unitário do trabalho chega a R\$ 821,03.

Procurada, a RA Catering, administrada pela International Meal Company, informou que não se manifestaria, pois está “em período de silêncio” devido a um balanço financeiro trimestral que será divulgado nos próximos dias. A empresa afirmou que sua sede fica em São Paulo, com filiais nos aeroportos internacionais de Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Goiânia, Campinas e Recife. Na capital federal, a entidade dispõe de serviços de comissária e varejo — o restaurante Viena.

Menu sofisticado

Confira o cardápio de bordo que ministros têm à disposição em voos com avião da FAB:*

Comida Preço previsto no contrato

Almoço e jantar “PR especial” (unidade) R\$ 147,20

Camarão ao alho e óleo (quilo) R\$ 128,00

Canapé de camarão (unidade) R\$ 4,80

Canapé de caviar (unidade) R\$ 7,04

Canapé de salmão defumado (unidade) R\$ 4,80

Coelho assado (quilo) R\$ 71,21

Costeleta de cordeiro (quilo) R\$ 154,67

Escondidinho de lagosta (quilo) R\$ 170,67

Filé de peixe grelhado (1ª qualidade, quilo) R\$ 117,87

Lagosta gratinada (quilo) R\$ 184,11

Lombo de bacalhau ao forno (quilo) R\$ 196,27

Pato a caçadora (quilo) R\$ 71,47

Picanha maturada assada fatiada (quilo) R\$ 73,60

Queijo feta (quilo) R\$93,26

Rã (quilo) R\$ 55,47

Sorvete Haagen Dazs (pote 473 gramas) R\$ 44,84

Bebida - Preço previsto - Preço comparável no contrato em supermercados tradicionais

Água tônica lata R\$ 3,37 R\$ 1,89

Coca-cola lata R\$ 3,37 R\$ 1,79

Guaraná lata R\$ 3,37 R\$ 1,59

Gatorade R\$ 4,84 R\$ 3,20

Há também chá, café, iogurte, suco, entre outras

Não há detalhes sobre o prato

*Cardápio previsto no contrato de órgãos da Presidência da República e dos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores (todo ou parte dele). Outras pastas, como a do Meio Ambiente,

Integração Nacional, Saúde, Justiça, Desenvolvimento, Defesa, Planejamento, Transportes e Direitos Humanos, Advocacia-Geral da União e Polícia Federal, têm apenas parte dos itens listados.

Caviar? Nunca vi nem ouvi...

Procurados, boa parte dos ministérios demonstrou preocupação em negar que as principais autoridades das pastas comam o canapé de caviar previsto nos contratos de serviço de bordo. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), por exemplo, por meio da assessoria de comunicação, afirmou que “na relação de itens e preços você verá itens que nunca foram solicitados pelo MRE”. Para provar, a assessoria encaminhou cópias de notas fiscais dos itens pedidos pelo Itamaraty.

Atitude semelhante teve o Ministério dos Transportes. A assessoria de comunicação do órgão encaminhou a lista de itens solicitados em cada voo que fez o ministro César Borges em avião da FAB, desde abril deste ano. A assessoria negou que o chefe da pasta tenha pedido caviar, apesar de a iguaria constar no contrato.

Despesas

Outras pastas também encaminharam cópias das faturas à reportagem. Mas o Gabinete de Segurança Institucional se recusou a informar os itens consumidos pelas autoridades. A assessoria do órgão afirmou apenas que a prestação de serviços de comissária aérea atende a Presidência da República. Segundo o GSI, as despesas devem chegar a R\$ 1,9 milhão este ano.

Já a Advocacia-Geral da União, na contramão dos pacotes mais sofisticados, informou que consta em seu contrato somente itens como café da manhã, água, refrigerante, suco, gelo e guardanapo. A assessoria da instituição não lista qualquer comida de forma individual no contrato que fechou com a RA Catering.

É inadmissível que um volume significativo de recursos públicos se encontre injustificadamente protegido por sigilo. A alegação de garantir segurança à sociedade e ao Estado não pode servir de amparo para o uso indevido e indiscriminado dos cartões corporativos.

Portanto, diante do que foi divulgado é necessário o esclarecimento dos fatos relativos a utilização dos Cartões Corporativos pelos órgãos do Governo Federal. Solicitamos informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o uso dos cartões corporativos nos últimos cinco anos, de 2009 a 2013.

São os questionamentos:

1 – O uso dos cartões corporativos tem sido empregado como de fato foi estabelecido pela legislação do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) ou o Tribunal de Contas da União identifica que os processos licitatórios, os pregões ou outras modalidades de concorrência pública estão sendo atropelados de modo a tolher a transparência dos gastos?

2 – Qual o percentual de irregularidades identificadas nos cartões classificados como abertos e os sigilosos? Favor enviar uma tabela discriminando por ano.

3 – Em avaliações anteriores dos órgãos de controle, 452 estabelecimentos comerciais e de serviços que receberam pagamentos por meio de cartões corporativos emitidos pela administração federal eram de propriedade ou relacionados de alguma forma a servidores federais comissionados, isto é, tinham ligações com pessoas nomeadas para cargos de confiança por influência política.

Esta relação ainda é comum nos pagamentos com o dinheiro de plástico do governo federal?

4 – A Presidência da República classificou como “reservados” os gastos da ex-chefe do escritório do governo em São Paulo, Rosemary Noronha, com o cartão corporativo. A rotulação foi feita sob a justificativa de que as informações “colocariam em risco a segurança da presidente e vice-presidente da república, e respectivos cônjuges e filhos”, mas a ex-chefe de Luiz Inácio Lula da Silva foi denunciada em investigação da Polícia Federal por falsidade ideológica, tráfico de influência, corrupção passiva e formação de quadrilha.

Mesmo pela lei de Acesso à Informação, citada pela presidente Dilma Rousseff como “poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto

do dinheiro público”, e forma de combate à corrupção “com transparência e rigor”, o governo blindou quase 50% dos pagamentos do governo.

Diante da denúncia da PF à Rosemary Noronha, os gastos da ex-chefe não deveriam ser públicos, justamente para contribuir com a declaração de Dilma Rousseff, de fiscalização do uso do dinheiro público e combate à corrupção?

Nesse sentido conclamo os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2013.

Deputado Vanderlei Macris

PSDB/SP